

SIMPÓSIO AT092

SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA VII

PARÂMETROS EDUCACIONAIS BRASIL – PORTUGAL: um estudo comparativo sobre o ensino de língua portuguesa na educação básica

SERUDO, Victor de Lima
Universidade Federal do Amazonas
victorssserudo@gmail.com

MENDONÇA, Fernanda de Los Rios
Universidade Federal do Amazonas
fernandadelosrios@yahoo.com.br

Resumo: Este projeto de pesquisa incide sobre o ensino e a aprendizagem da Língua Materna (Língua Portuguesa) na educação básica do Brasil e de Portugal, por meio da análise dos documentos oficiais que norteiam as ações desse segmento de ensino, visando apreender as semelhanças e as diferenças que constituem a abordagem do componente curricular Língua Portuguesa em cada país. Por essa razão, define-se metodologicamente como uma pesquisa de base qualitativa e de dado documental. O aporte teórico da pesquisa constitui-se por pesquisadores e teóricos da educação que tratam do currículo e de sua relação com a ideologia, como Apple (2006), e com a cultura, como Sacristán (2000), além de ancorar-se na perspectiva de análise dialógica de Bakhtin (2010). Os resultados parciais apontam para especificidades que nos levam a afirmar que o sistema educacional reverbera a ideologia preponderante acerca do ensino em cada país.

Palavras-chave: Linguística; Língua-Materna; Educação Básica; Estudo Comparativo.

Abstract: This research project on teaching and learning of the Mother Language (Portuguese Language) in basic education in Brazil and Portugal, through the analysis of official documents that guide the actions of this segmento of education, aiming at apprehending the similarities and differences which ate the approach of the curricular componente in each country. For the reason, it was defined methodologically as a qualitative inter,pretive and documentar data-based research. The theoretical contribution of the research is constituted by researchers and educational theorists who deal with the curriculum and its relationship with ideology, like Apple (2006), and with culture, as Sacristán (2000), besides anchoring itself in the perspective of Bakhtin's ideological analysis. The partial results pont to specificities that lead us to affirm that the educational system reverberates the prevailing ideology about teaching in each country.

Keywords: Linguistics; Mother Language; Basic Education; Comparative Study.

Introdução

Não há como pensarmos em educação sem pensarmos em documentos oficiais norteadores, isso porque toda a educação, seja ela pública ou privada, no âmbito geral, é regida com base em documentos oficiais, criados a partir de consultas à comunidade acadêmica na tentativa de identificar as possíveis potencialidades do ensino, assim como as suas defasagens. Sendo assim, nesta pesquisa, nos debruçaremos sobre quatro documentos oficiais de dois países que tem como língua oficial a língua portuguesa: Brasil e Portugal, na tentativa de compararmos tais documentos no que tange o ensino da língua materna na educação básica.

Tais documentos são: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) de 1º, 2º e 3º Ano, a nível Brasil, e o Programa e Metas Curriculares de Português, do Ensino Básico e Secundário, que norteiam as ações desse segmento de ensino. Visando apreender as semelhanças e as diferenças que constituem a abordagem do componente curricular Língua Portuguesa em cada país. Por essa razão, define-se metodologicamente como uma pesquisa de base qualitativa interpretativa e de dado documental.

Portanto, nos atentaremos a tais documentos, a fim de apresentar a descrição de suas estruturas e a relação que estabelecem com o ensino de Língua Portuguesa nos respectivos países, para, então, tentarmos traçar o plano ideológico e cultural que embasam tais parâmetros, à luz dos teóricos anteriormente mencionados. Contudo, esta pesquisa possui ainda um caráter inicial e que será desenvolvido mediante levantamento de dados.

1. Documentos oficiais: Brasil e Portugal

Sabe-se que educação é pautada por documentos que auxiliam e padronizam as modalidades de ensino em todo o país. No Brasil, tais documentos são disponibilizados por Lei, abrangendo a educação básica, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases, compreende como ensino básico a educação infantil, a educação fundamental e o ensino médio, como consta na Constituição Federal de 1988. Modelo esse que difere do estabelecido em Portugal, onde se classifica as modalidades de ensino de forma diferente, atribuindo ciclos a respectivos anos.

A análise aqui empreendida centraliza-se nos documentos norteadores do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tendo sido focalizados, no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, no ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, PCNEM. Tais documentos tem a função de direcionar o ensino no Brasil, auxiliando o docente às noções gerais do ensino no país, dentro de cada modalidade. Quanto à divisão do ensino fundamental e médio, estes são subdivididos em Ensino Fundamental I e II, e Ensino Médio, que compreende ao 1.º, 2.º e 3.º. Anos. Analisaremos, a seguir, a estrutura de referidos documentos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados a partir de uma parceria integrada entre docentes de várias instituições, públicas e privadas, além de técnicos e profissionais da área da educação. Está dividido em 11 (onze) capítulos, subdividindo-se em 27 (vinte e sete) subcapítulos. Sua organização se dá de forma esquematizada e teórica, de modo a salientar as suas diretrizes para os respectivos anos, no que tange ao ensino dentro de cada modalidade, no Brasil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental de todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no ensino educacional, socializando discussões, pesquisas, e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a população pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p. 13)

Além do mais, alguns municípios possuem autonomia para acrescentar aquilo que considerarem pertinentes dentro de eixos e temas no trabalho interdisciplinar, a fim de se estabelecer um elo com a vivência do aluno e a escola. As áreas de estudos são divididas de acordo com a especificidade de cada uma, além da área do trabalho interdisciplinar e transversal, pois de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “optou-se pelo tratamento específico das áreas, em função da importância instrumental de cada uma, mas contemplou-se também a integração entre elas” (BRASIL, 1997, p. 41). Logo, os PCN apresentam algumas propostas que visam o trabalho em diferentes práticas, como o desenvolvimento das expressões orais e escritas, com o intuito de promover o desempenho da compreensão e da produção textual, além de aspectos linguísticos. Os Parâmetros

Curriculares Nacionais do Ensino Médio estão divididos em quatro partes, a saber: Parte I – Bases Legais, Parte II – Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias, Parte III – Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Tal parâmetro está formulado dentro do novo modelo definido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria Média e Tecnológica, organizando, no ano de 2000, a reformulação do Ensino Médio, como uma forma de abrangência social na área da educação. Expressa na Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394/96. Esta, confere uma identidade ao Ensino Médio, determinando que Ensino Médio é Ensino Básico.

A LDB confere caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do Art. 21, estabelece: “Art. 21. Educação escolar compõem-se de:

I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio:

II – Educação Superior. (BRASIL, 2000, p. 9)

O Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico visa a um melhoramento da qualidade do ensino e da aprendizagem, estabelecendo, de forma esquemática os eixos temáticos da Língua Portuguesa a serem trabalhados no ensino básico dentro dos anos e ciclos, os quais constituem a educação básica em Portugal. Sendo assim, divide-se em 14 (quatorze) tópicos: Introdução; Programa; Objetivos; 1.º Ciclo; 2.º Ciclo; 3.º Ciclo; Metodologia; Avaliação; Bibliografia; Metas Curriculares; 1º Ciclo (1.ºAno/ 2.ºAno/ 3.ºAno/ 4.ºAno); 2.ºCiclo (5.ºAno/ 6.ºAno); 3.ºCiclo (7.ºAno/ 8.ºAno/9.ºAno) e Lista de Obras e Textos.

Tais Programas foram reformulados e homologados em 2015, juntamente com as Metas Curriculares de Português, estas homologadas somente em 2012. A versão mais atual, de 2015, surge com a necessidade de se atualizar e alterar alguns aspectos de sua elaboração inicial, acrescentando algumas correções formais. Quanto à sua estruturação, estão definidas da seguinte forma, onde se lê: “Programa E correspondentes Metas Curriculares estruturam-se em quatro domínios de referência no 1.º e 2.º Ciclo (Oralidade, Leitura e Escrita, Educação literária, Gramática) e cinco no 3.º Ciclo (os mesmos, mas com separação dos domínios da Leitura e da Escrita) (2015, p. 3)”. Todavia, o Programa estabelece uma divisão de conteúdos que devem ser trabalhados dentro de cada área específica e de forma

obrigatória em cada ano, podendo ser retomadas em anos subsequentes, conforme documento a seguir

Além do Programa e Metas Curriculares do Ensino Básico, temos ainda o do Ensino Secundário, atualizado em 2004. Ele está dividido em 6 (seis) tópicos, a saber: Introdução, Objetivos Gerais; Conteúdos Programáticos; Metodologia; Avaliação; Bibliografia e Metas Curriculares. Subdivididos em 7 (sete) subtópicos. Seu principal foco está em estabelecer a ligação entre duas noções fundamentais: i) a ancoragem no conceito de texto complexo e respectivos parâmetros e ii) a focalização no trabalho sobre os textos (orais e escritos) (Programas e Metas do Ensino Secundário 2014, p. 5). Esses preceitos norteadores auxiliam o ensino secundário em Portugal. Dando ênfase também em textos de caráter literários, sem deixar de conceder certa notoriedade aos elementos gramaticais.

A convergência de textos pertencentes aos mesmos gêneros ou a gêneros afins pretende surgir como uma estratégia de reforço sistemático das operações cognitivas mais complexas, havendo, pois, vantagem em explorar, de forma estruturada, as relações entre os diferentes (Programa e Metas Curriculares do Ensino Secundário, (Programas e Metas do Ensino Secundário, p. 9, 2014)

Dentre seus objetivos expressos em tal documento, estes visam o desenvolvimento crítico do discente, a partir de aspectos que podem ser extraídos e apreendidos por meio dos textos, seja eles complexos ou não.

Os documentos oficiais que norteiam o ensino básico no Brasil e em Portugal, possuem eixos temáticos que, a priori, possibilitam uma maior leitura e compreensão acerca da forma como cada país pensa a sua educação e trabalham junto aos agentes políticos, professores e profissionais da área para um melhor aprimoramento do ensino da Língua Materna. Tais observações necessitam ainda de um maior aprofundamento, para conseguirmos dar maior embasamento para as análises futuras deste trabalho, ainda em estágio inicial.

2. O Ensino de Língua Portuguesa na Educação Brasileira

A retomada do percurso histórico pelo qual atravessou o ensino da Língua Portuguesa no Brasil permite-nos compreender o quão tardia foi sua inserção como disciplina curricular autônoma. Disso decorre uma série de questões que, durante décadas, vem sendo alvo de críticas à abordagem e aos conteúdos que são agenciados em seu processo de ensino-aprendizagem.

O final da década de 90, com a publicação dos PCNs, documento mencionado no capítulo anterior, representa um marco para o ensino da língua materna no Brasil. Tal documento legitima a concretização de um novo olhar sobre as necessidades reais de ensino e de aprendizagem da língua/linguagem, redefinindo o objeto de ensino e a abordagem em sala de aula.

O denominado “ensino tradicional”, centralizado na sistematização descontextualizada da gramática normativa e na supervalorização do uso culto da língua passa a ser substituído por uma visão interacional que privilegia as práticas de uso e a reflexão sobre a língua por parte dos falantes. Todas essas mudanças são sustentadas pelo avanço dos estudos linguísticos e pela necessidade sócio histórica de formação de sujeitos que dominem a linguagem de modo suficiente a agenciarem seu uso em diferentes contextos sociais.

É essa mesma perspectiva vigente de língua, linguagem e ensino que orientará o olhar analítico lançado sobre os dados dessa pesquisa, servindo de base para o estabelecimento de valorações acerca da abordagem da Língua Portuguesa no segmento educacional básico do Brasil e de Portugal, cuja estrutura apresenta-se descrita na sequência.

3. O Ensino de Língua Portuguesa da Educação Básica Portuguesa

A Educação Básica em Portugal percorre um grande percurso histórico, que perpassa os anos de 1910 até os anos de 1950, quando Portugal adentra no regime republicano, surge, então, a primeira ‘reforma’ do ensino primário, no ensino infantil e ensino primário. Tais reformas surgem com necessidade de erradicação da alta taxa de analfabetismo que assolava o país nos anos de 1911.

De acordo com o *Eurybase* – Sistema Educativo em Portugal, desde 1772 até 1919, o ensino primário enfrentou uma série de reformas, contudo, estas não obtiveram êxito quanto a soluções eficientes. No ano de 2001, como salienta o Sistema Educativo em Portugal, “foram definidos os princípios orientadores de uma nova organização e gestão do currículo do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens (Decreto-Lei n.º 6/01, de 18 de janeiro)”. A aplicação prática desse decreto de Lei, produziu efeitos nos anos letivos de 2001 e 2002, sobretudo aos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, estendendo-se até o 3.º ciclo, nos anos letivos de 2004 até 2005.

O sistema de ensino, desde 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei n. 46/86, de 14 de outubro) tem como designação de Ensino Básico, o ensino primário e uma parte do ensino secundário, tem a duração de nove anos e compreende três ciclos: 1.º ciclo – 4 anos; 2.º ciclo – 2 anos e 3.º ciclo – 3 anos.

Como salienta *Eurybase* – Sistema Educativo em Portugal, os estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal, são designados em função do nível de educação ou de ensino que prioritariamente ministram, podendo a designação abranger diversos níveis e ciclos, de acordo com a seguinte tipologia:

Escola Básica	1.º ciclo com jardim-de-infância	Dos 3 aos 10 anos
Escola Básica	1.º ciclo	Dos 06 aos 10 anos
Escola Básica	2.º e 3.º ciclos	Dos 10 aos 15 anos
Escola Básica Integrada	1.º, 2.º e 3.º ciclos	Dos 06 aos 15 anos
Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância		Dos 03 aos 15 anos
Escola Secundária com 3.º ciclo		Dos 12 aos 18 anos

Fonte: *Eurybase* – Sistema Educativo em Portugal, p. 93, 2005/06

No século XIII, o ensino em Portugal era restrito ao ensino em mosteiros. Segundo Base de Dados de Informação sobre os Sistemas Educativos – *Eurybase* -, esse ensino perdurou até o século XV, com a criação de escolas, sem a distinção entre o ensino secundário e o ensino médio, ambos não estabeleciam, de forma clara, as suas especificidades e componentes de ensino. Sendo assim, no que tange o Ensino Secundário, este se constitui como uma escolaridade pós-obrigatória e consta de um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos). Este ciclo de ensino segue-se a uma escolaridade obrigatória de nove anos. Visando o ensino superior ou a integração na vida ativa e no mundo do trabalho.

Considerações Finais

Na primeira etapa desta pesquisa ainda em desenvolvimento, basicamente nos ativemos à revisão bibliográfica para respaldo teórico de futura análise e coleta dos dados documentais propostos. Deste modo, realizamos apenas parte das descrições sobre o que consistem as estruturas de alguns dos documentos que constituirão o *corpus* da pesquisa, bem como sobre as estruturas dos próprios sistemas educacionais vigentes. O próximo passo será aprofundar as análises, para além da descrição, e focalizar o olhar no ensino da Língua Portuguesa na educação básica de cada país, para perscrutar suas semelhanças e diferenças assim como as

especificidades entre as bases estruturais e documentais que sustentam essa componente curricular no Brasil e em Portugal.

Salientamos, ainda, que tais comparações têm o intuito única e exclusivamente de comparação de documentos da educação básica de ambos os países centrais desta pesquisa, já que no âmbito social, tal comparação seria infundada, uma vez que não foram estabelecidos critérios que possibilitem tais comparações, como, por exemplo, aspectos demográficos, sociais e econômicos.

Referências Bibliográficas

BAKTHIN, Mikhail Mikhailovitch, 1895-1975. **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakthin ; tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão ; revisão da tradução Marina Appenzeller. – 3ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio** : Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2000.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

EURYBASE. **Direção Geral de Educação e Cultura. O Sistema Educativo em Portugal.** 2005/06.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Secundário**, 2014.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico**, 2015